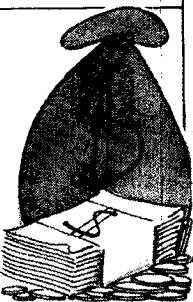


já deve menos.

O BRASIL E O MUNDO Cadem os juros. O Brasil

Com a redução de 0,25% nos juros dos EUA o País ganha US\$ 185 milhões no balanço de pagamento de 85



Os principais bancos norte-americanos baixaram ontem sua taxa de juros preferencial (prime rate) de 13 para 12,75%. O Banco Central do Brasil confirmou a queda de 0,25% ao ano da prime e técnicos da área financeira prevêem idêntico comportamento dos juros do euromercado (Libor), o que reforçará a reversão da tendência altista das taxas internacionais.

Na avaliação do impacto sobre os encargos da dívida brasileira, importa a redução da taxa média ao longo de seis meses ou um ano. Se confirmada a queda de 0,25% nos encargos médios, o Brasil pode ganhar US\$ 185 milhões no balanço de pagamentos de 1985.

A variação das taxas externas influí na revisão semestral dos encargos de cada empréstimo contratado. Assim, a queda de 0,25% ao ano, confirmada esta semana, somente reduzirá o desembolso relativo a juros a partir do final de março de 1985. No caso brasileiro, também importa mais o comportamento das taxas do euromercado.

Ao final de agosto, o Banco Central projetou dívida bruta global de US\$ 98,85 bilhões para o final deste ano. Do total, 75,2% estarão contratados a taxas flutuantes, no montante de US\$ 74,33 bilhões. Mas, ainda segundo o Banco Central, apenas 6,2% da dívida têm contrato lastreado pela prime, enquanto a Libor regula 68,2% — US\$ 67,4 bilhões, em dezembro próximo — do endividamento externo do País.

No Rio, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen afirmou que a queda da prime resulta diretamente da redução da Libor. Outro fator que influiu na queda daquela taxa foi a eliminação, pelo governo norte-americano, do Imposto de Renda na fonte incidente sobre o pagamento de juros para o Exterior, o que até aumentou a atração para aplicação de capitais externos nos Estados Unidos, disse Simonsen.

Para o ex-ministro da Fazenda do governo Geisel, ainda é prematuro saber se a queda da prime poderá configurar uma tendência de declínio que se acentuará nos próximos meses. A seu ver, somente depois das eleições presidenciais nos Estados Unidos, em novembro, é que se definirá aquela perspectiva. Se o governo norte-americano executar uma política de corte do déficit fiscal, então é certo que haverá maior declínio das taxas de juros, argumenta Simonsen.

Outra incógnita é o que irá acontecer em relação à política fiscal. Em dezembro, o Congresso norte-americano deverá apreciar projetos que, se aprovados, poderão refletir favoravelmente na diminuição da taxa de juros. Alguns desses projetos, segundo Simonsen, cortam despesas públicas e "tampam certos buracos na legislação do Imposto de Renda, o que permitirá aumentar a arrecadação federal". Simonsen citou, como exemplo, o fato de que, nos Estados Unidos, o contribuinte pode abater no Imposto de Renda os juros pagos de empréstimos pessoais que serviram para aplicações financeiras também isentas de tributação.

A queda da prime

A redução da prime rate de 13 para 12,75% foi anunciada ontem pelo Citibank, o segundo banco em importância dos Estados Unidos, pelo Chase Manhattan, o terceiro, pelo Manufacturers Hanover Trust, o quarto, e pelo Chemical Bank, o sexto.

Na véspera, o Fargo Bank, com sede em San Francisco, o 11º banco em importância daquele país, baixou sua taxa de juros preferencial de 13 para 12,5% e, sexta-feira passada, o Morgan Guaranty Trust, de Nova York, reduziu a sua de 13 para 12,75%.

(A taxa de juros preferencial é aquela aplicada tradicionalmente pelos bancos a seus melhores clientes, para conceder-lhes empréstimos a curto prazo. Na prática, muitos créditos são concedidos acima ou abaixo da prime, razão pela qual numerosas organizações bancárias preferem denominá-la de sua taxa de referência.)

A redução da prime e o temor de intervenções dos bancos centrais provocaram ontem uma baixa do dólar na maioria dos principais mercados de câmbio da Europa, que funcionaram em clima de nervosismo. Já em Nova York, a diminuição da prime provocou um fortalecimento moderado na Bolsa de Valores de Wall Street, em um mercado pouco ativo.

Uma previsão otimista sobre a renegociação

Até o fim do ano, o Brasil terá renegociado sua dívida externa em condições favoráveis (prazos mais longos e juros menores). A previsão é de William Brisbane, vice-presidente para o Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e foi feita ontem em Porto Alegre. Segundo ele, a renegociação já começou com as reuniões das autoridades econômicas brasileiras nos EUA com a diretoria do FMI e os bancos credores. E ele não tem dúvidas de que até dezembro tudo estará acertado: "Será uma renegociação ampla, envolvendo os bancos comerciais e incluindo consultas com os governos dos países de todos esses bancos", disse Brisbane.

Em entrevista após uma audiência com o governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, na qual disse ter manifestado a disposição do Banco de estreitar o relacionamento com o Estado — Soares ficou inclusivo de enviar uma relação de projetos passíveis de obter financiamentos —, William Brisbane assegurou que os credores externos "confiam muito na capacidade de recuperação do Brasil. E os fatos estão demonstrando que o Brasil está efetivamente se recuperando. Os credores que eu conheço estão basicamente contentes e têm bastante confiança no pessoal que está à frente da economia do País".

O banqueiro frisou também não haver preocupações com o processo de sucessão presidencial: "Tanto faz Maluf ou Tancredo. Os credores e os governos estrangeiros estão bastante contentes, felizes, entusiasmados com a situação. Vai ser uma transição tranquila que não vai afetar necessariamente a posição dos bancos em relação ao Brasil. Vai ser um período de ajustamentos, obviamente, com pessoal novo para ocupar cargos importantes. Mas trata-se de um fato normal, uma coisa corriqueira".

Para o vice-representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento, embora as perspectivas de recuperação econômica do Brasil sejam "muito boas", 1985 ainda será um ano de dificuldades, pois, além da necessidade de cumprimento das metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional, será um ano de transição de governo.